

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Itambira ms. Aos 17 (dezenove) dias do mês de Fevereiro do ano de 2025, contando com a presença dos vereadores Antonio Reginaldo de Oliveira, Eder Fabricio Cabral Campos, Ivan Carlos de Oliveira, Celso Barbosa da Silva, José Goldino Neto, Victor Gustavo Ferreira, José Pereira Mourão, Eliomar Cardoso de Oliveira, Romulo Ferreira dos Neves, além dos demais servidores e convidados. A sessão foi presidida por Sr. presidente Eliomar Cardoso de Oliveira, que iniciou a reunião cumprimentando os presentes, declarando-a aberta e convidando todos para um momento de oração. Ao término, realizou um breve agradecimento e concedeu a palavra para os cumprimentos dos vereadores. O Secretário Victor Gustavo Ferreira procedeu à leitura do relatório de pendências do mandato anterior. Durante essa etapa, o presidente da Câmara Eliomar destacou a importância do corte de gastos no legislativo, tem total autonomia para administrar a Câmara de forma responsável e transparente, sem depender do Executivo para tomar decisões internas. Assim, não haverá mais despesas excessivas com contratações desnecessárias, uso particular de veículos oficiais e diárias, o vereador Eder ressaltou concordando que o veículo da Câmara deve ser destinado exclusivamente ao uso institucional e que sua fiscalização. Em seguida, o vereador Celso manifestou sua indignação quanto aos valores apresentados no relatório as multas dos veículos, afirmando que tais valores não se restringem ao seu mandato, e que os recursos em caixa deixados seriam suficientes para quitá-los. Ede também argumentou que a contratação dos advogados não foi excessiva, pois os profissionais foram contratados para exercer outras funções. O contador Cláudio esclareceu os valores mantidos em caixa da gestão anterior e detalhou a destinação, bem como a forma de pagamento do 13º salário dos vereadores, adotada de forma similar a

Anterior. O vereador José Galdino solicitou ao conselho uma  
aplicação mais detalhada, conforme a legislação vigente. Em  
seguida, os demais vereadores discutiram a forma de pagar  
o 13º salário, e o presidente ainda não se tinha concordado  
com o modo apresentado, a matéria optou por analisar  
o assunto. O presidente Eliomar apresentou os projetos de lei  
da Prefeitura, os quais serão apreciados e votados na próxima  
sessão. O Advogado Eli Bruno, representante da Câmara, leu  
os projetos de lei N.º 1, N.º 2, e N.º 3 da Prefeitura Municipal,  
acompanhados de suas respectivas justificativas. Posteriormente, foram  
leídos os projetos de lei N.º 1, N.º 2 e N.º 3 da própria Câmara Muni-  
cipal, com suas justificativas, a serem submetidos à apreciação na  
próxima sessão; após a formação das comissões permanentes  
para o ano de 2025. Diversas colocações e sugestões foram a-  
presentadas pelos vereadores acerca dos projetos e suas justifica-  
tivas. Em seguida, procedeu-se à designação das comissões  
permanentes, deixando-lhe livre para fazer qualquer alteração. Durante  
a palavra final, o vereador Celso questionou a inclusão, no re-  
latório, do quadro de assessores jurídicos contratados, esclarecendo  
que tais profissionais foram contratados para desempenhar outras  
funções e não para atuarem como advogados da Câmara, solicitando  
que essa informação fosse registrada em ata. Também foram  
discutidas as condições precárias das estradas municipais. O  
vereador Edes agradeceu, reconhecendo as dificuldades inerentes  
ao início da gestão. O vereador José Galdino cobrou providências  
quanto ao trânsito de Curitiba, que vem causando prejuízos  
aos moradores e afetando a Igreja Santo Antônio, patrimônio  
 tombado e protegido pelo poder público. Referindo a situação  
de uma lei para regulamentar essa situação. O vereador  
Romildo enfatizou a necessidade de manutenção das estradas  
municipais e colocou-se à disposição da população. Admis-  
sivelmente, o vereador Romildo manifestou preocupação com o transporte es-  
colar que se encontra em condições inadequadas, prejudi-  
cando os alunos, reafirmou o vereador Romildo que

que principalmente os alunos da comunidade da escola e  
devido já pouco, e ao estado precário dos ônibus e  
estradas. A vereadora Tatiane Nereza reforçou a neces-  
sidade de uma lei que regulamentasse o trânsito de  
carretas na cidade. O Pastor Eduardo considerou os  
presentes para o culto de ação de graças da festa  
de 2025, agendado para sexta-feira, 21 (vinte e um)  
de fevereiro, na Igreja Assembleia de Deus. Em  
seguida, o representante dos Correios apresentou uma  
proposta de serviços de postagem que pode ser de  
interesse para a Câmara. Não havendo mais  
assuntos a tratar, o Sr. presidente Eliomar Aguiar  
a presença de todos e encerrou a reunião, solicitando  
que a presente ata fosse lavrada para posterior assi-  
natura de todos os presentes. Em tempo onde está  
escrito onde está escrito João Cardoso do Amaral, escreve  
João Bicalho do Amaral, Antonio Reginaldo de Oliveira  
Eduardo, Romildo Ferreira dos Reis, José Fabriciano  
dos Santos, Victor Gustavo Ferreira  
José Galvão Neto

Ata de Reunião Ordinária da Câmara Municipal de  
Itacambira - MG. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de  
Fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na  
Câmara Municipal de Itacambira, os vereadores Antonio  
Reginaldo de Oliveira, José Galvão Neto, Romildo Ferreira  
dos Reis, Celso Balleza da Silva, Edler Fabriciano Campos,  
Campos, José Pereira Mourão, Victor Gustavo Ferreira,  
João Bicalho Amaral e Eliomar Cardoso de Oliveira.  
A reunião foi presidida pelo Sr. Eliomar Cardoso  
de Oliveira. A reunião foi, que, após cumprimentos  
os presentes, declarou aberta a sessão e considerou todos  
para um momento de oração e leitura de um versículo  
da Bíblia. Em seguida, fez um breve agradecimento  
e deixou a palavra franqueada aos vereadores para

realizarem seus cumprimentos. Dando continuidade, foi lida a ata da reunião anterior. Neste momento, o vereador Edson Barbosa da Silva solicitou que fosse registrada uma retratação do presidente Eliomar quanto à correção do relatório sobre o contrato de assessoria jurídica, esclarecendo que não foram equívocos as contratações de advogados, mas sim sendo os demais contratos referentes a outras reuniões. O presidente Eliomar fez a retratação, justificando que, devido à ausência de uma transição mais clara e a dificuldade de acesso às informações da Câmara no início do seu mandato de presidente, teve dificuldade na identificação dos cargos, nas contratações do mandato anterior, em que servidores com formação em Direito foram contratados para outras funções na Câmara Municipal. Em seguida, o advogado Dr. Bruno procedeu com a leitura do projeto de Lei nº 1/2025, que dispõe sobre a alteração de horários e dias das reuniões ordinárias da Câmara. O vereador Edson enfatizou a importância da mudança para facilitar a presença da população e dos demais vereadores. Após a apresentação e discussão, ficou determinado que o projeto poderia voltar ser discutido ser colocado em votação nas reuniões futuras. Posteriormente, o Dr. Bruno leu o Projeto de Lei nº 2/2025, que dispõe sobre a fixação do índice de recomposição inflacionária anual dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal. O projeto foi colocado em discussão, teve pedido visto pelo vereador Edson, que foi aceito pelo presidente Eliomar. Na sequência, foi apresentado

O projeto de lei nº 31/2025, que dispõe sobre a criação de cargos na Câmara Municipal de Itacambira, o Vereador Celso solicitou a análise detalhada do projeto e pediu vista, que também foi prontamente atendida pelo Presidente. Sobre o mesmo projeto, o Vereador Reginaldo solicitou que o ideal seria ser apresentado o projeto fracionado, embora que tratasse do mesmo assunto. Posteriormente, o Sr. Bruno apresentou o projeto de lei nº 4/2025, que dispõe sobre a instituição de Gratificação mensal para servidores que desempenham atividades relacionadas a processos licitatórios no âmbito da Câmara Municipal, o Vereador Celso solicitou mais uma vez, vista para analisar melhor o projeto, pedido este que foi também concedido pelo Presidente Eliomar. Dando sequência, foi apresentado o projeto de lei nº 1/2025 da Prefeitura de Itacambira, que trata do aumento do piso salarial dos profissionais do magistério da Educação, o projeto foi colocado em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade (8 votos a favor e 0 (zero) contra). Neste momento, o Vereador Celso se retirou da reunião, apresentando a justificativa ao Presidente Eliomar. O Sr. Bruno então leu o projeto de lei nº 2/2025, que trata da concessão de gratificação para a categoria dos motoristas do Município. O projeto foi colocado em discussão e votação sendo aprovado por 7 (sete) a favor e 0 (zero) contra. O projeto de lei nº 3/2025, que dispõe sobre a criação do fundo municipal do idoso foi apresentado, discutido e aprovado com 7 (sete) votos a favor e 0 (zero)

Em seguida, a palavra foi passada para os vereadores, realizarem seus pareceres e reivindicações. Todos os vereadores solicitaram melhorias nas estradas rurais. O Vereador Reginaldo reivindicou melhorias na quadra esportiva da Comunidade de São José do Rio Preto, que se encontra em condições precárias. O vereador Justino solicitou a instalação de quebra-molas e melhorias na internet em algumas Comunidades. Foi discutida a questão do piso salarial dos professores, sendo esclarecido pelo Secretário Municipal de Planejamento, o Sr. Osmano de Sousa, que esclareceu ainda sobre o contrato de prestação de serviços de internet do município, que a atualização está sendo providenciada. Ele também mencionou a necessidade de regulamentação do trânsito de Camionetas dentro da cidade e informou que um projeto de lei está sendo elaborado e será apresentado em breve, propondo mudanças para tentativa de solucionar o problema. Ainda durante a reunião, o vereador Ivan comentou sobre rumores de que servidores da Prefeitura estariam vendendo Área Reabida, conforme acordo estabelecido entre a Prefeitura e a empresa. Na fala do Secretário Municipal de Planejamento, o Sr. Osmano de Sousa, citou como sério as acusações e pediu para que o vereador Ivan apresentasse provas concretas dos fatos, para que medidas sejam tomadas, dizendo serem graves as acusações. Ele pediu ainda, que tal denúncia fosse registrada em ata da reunião e afirmou que, diante de provas concretas, caso apresentadas, a questão pode ter aberto processo administrativo no município e formalização de uma denúncia no Ministério Público de Minas Gerais, inclusive

nomeando o vereador Iran como testemunha. Em seguida, o vereador Iran destacou sobre recusas no atendimento de transporte de saúde para moradores do município. O Secretário Osmano afirmou, que o município não nega transporte a quem acasa o serviço na saúde, pois ainda que quanto mais se investe na saúde em exames, consultas, cirurgias etc. aumenta proporcionalmente as demandas dos transportes na secretaria de saúde, e afirmou desconhecer descumprimentos apontados pelo vereador, afirmando ainda que investimentos estão sendo feitos anualmente na aquisição de veículos novos no intuito de melhorar sempre os transportes naquela secretaria, mas deixou claro também, que em horários de pico realmente não consegue atender as demandas de transporte de saúde exatamente na hora que os pacientes necessitam. Por fim, o secretário informou que a dra da Ponte Demora, que sofreu patologias causadas pelas fortes chuvas no início do corrente ano, está dentro do período de garantia prevista em contrato, e que a empreiteira responsável já foi notificada para tomar as providências necessárias, e que o município irá abrir um acesso lateral à ponte para liberar o tráfego de veículos no local, até que a estrutura da ponte seja recuperada. Encerrando a reunião, o presidente Eliomar solicitou que esta ata fosse lavrada e assinada por todos os presentes. Reunião Encerrada às 18h

Wilson Barbara Ann Daley; Antonio Reginaldo de Oliveira;  
Alfonso de Souza Almeida Neto; Shinnosuke Akamatsu; Sumner  
John Gustave Forsberg.